

## **DISCURSO POLÍTICO: PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO EM TEMPOS DE *FAKE NEWS* – UMA ENTREVISTA COM FREDA INDURSKY**

*Bethania Mariani<sup>a</sup>*  
*Silmara Dela Silva<sup>b</sup>*

Recebido em: 07/07/19

Aprovado em: 04/08/19

**É** em torno do discurso político que os estudos do discurso despontam na França, ao final da década de 1960. Em uma conjuntura marcada por movimentos sociais intensos e luta política, analisar o modo como os sentidos se produzem, na relação entre o linguístico e o histórico, torna-se um empreendimento teórico para intelectuais franceses de diversas áreas do conhecimento. Michel Pêcheux, ao formalizar tal proposta com a Análise do Discurso, aponta para o modo como a ideologia se materializa na língua e faz o político, enquanto divisão dos sentidos, funcionar. Pensar o discurso político, assim, é uma prática que acompanha a própria tradição dos estudos discursivos.

No Brasil, o discurso político e o político no discurso têm sido objetos de interesse de muitos analistas, desde a década de 1980. Nessa edição do *Cadernos de Letras*, temos a satisfação de entrevistar Freda Indursky, uma dessas analistas precursoras na reflexão teórico-analítica sobre o discurso político em nosso país.

Professora titular, aposentada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que continua em atuação como professora convidada no Programa de Pós-Graduação em Letras daquela instituição, Freda Indursky é licenciada em Letras pela UFRGS, possui Licence e Maîtrise en Lettres pela Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Besançon, e doutorado em Ciên-

---

<sup>a</sup> Professora Titular de Linguística da UFF. Email. [bmariani@id.uff.br](mailto:bmariani@id.uff.br)

<sup>b</sup> Professora Adjunta de Linguística da UFF. Email. [silmaradela@gmail.com](mailto:silmaradela@gmail.com)

cias da Linguagem pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em seu percurso como pesquisadora, voltou-se à análise dos discursos dos militares que presidiram o Brasil durante o período da ditadura (1964-1985), ao discurso jornalístico sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao discurso da Comissão da Verdade, e segue dedicando-se a pensar teórica e analiticamente movimentos sociais, manifestações, e tantas práticas políticas dos nossos dias.

Na entrevista que segue, Freda Indursky nos relata um pouco de sua trajetória de formação e de chegada à Análise do Discurso, discorre sobre suas pesquisas já realizadas e em curso, traz um posicionamento teórico firme acerca do como vem funcionando *políticas do esquecimento*, processos de *torção discursiva* e de *visibilidade/invisibilidade* no discurso político brasileiro, na atualidade. Em diálogo com Pêcheux, a analista do discurso nos mostra como a ideologia enquanto prática se marca nos discursos, produzindo efeitos, naturalizando sentidos; mas também nos diz das práticas de resistência. Afinal, como já nos advertia Pêcheux, “não há ritual sem falhas”.<sup>1</sup>

**Bethania Mariani; Silmara Dela Silva: Como se deu seu encontro com a Análise do Discurso? E o seu interesse mais específico pelo discurso político?**

**Freda Indursky:** Meu encontro com a AD ocorreu de forma transversa, muito antes de conhecer a teoria da AD propriamente dita. Quando estudei em Besançon, assisti aulas com o professor Dr. Jean Peytard. Ele desenvolvia uma disciplina em que analisava textos literários através de marcas e pistas linguísticas. Provocada por essas aulas, realizei minha Maîtrise sob a orientação de Peytard. Ele me sugeriu analisar a obra de Claude Simon. Foi fascinante trabalhar determinadas pistas e perceber, por exemplo, que, por traz das longas descrições de cartões postais, o narrador construía caminhos que levavam para diferentes conjunturas políticas que o faziam “viajar” no tempo e que, por traz de um “ele” que

---

<sup>1</sup> PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: *Semântica e Discurso*. 3 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 293-307.

referenciava um tio, encontrava-se um “eu” e esse amálgama se dava pelo viés de deslizamentos entre diferentes eixos temporais de sua narrativa. As análises que fiz tangenciavam certas questões da teoria da AD. Meus teóricos principais foram Benveniste e Barthes. De volta ao Brasil, iniciei minha carreira docente. Desejava fazer meu doutorado, mas o PPG-Letras/UFRGS oferecia, na época, disciplinas do núcleo duro da língua e esse caminho não me seduzia. Tinha a impressão de estar dando marcha à ré. Como trabalhava com Texto e Leitura, passei a frequentar congressos no Rio, em São Paulo e em Campinas cuja temática girava em torno dessas duas noções teóricas. Assim, comecei a ouvir e a ler vários pesquisadores, dentre os quais destaco Ingedore Kock, Haquira Osakabe e Eni Orlandi. Eles me apresentaram diversos campos teóricos que tomam a linguagem como objeto. Com eles descobri a Linguística Textual, a Teoria da Enunciação e a Análise do Discurso. Conheci Haquira em um Congresso, em Campinas, e ele foi muito generoso comigo. Convidou-me a assistir uma aula onde encontrei, pela primeira vez, Bethania Mariani. Uma querida amiga, Eleni Jacques Martins, que já não se encontra entre nós, fazia seu doutorado no IEL e hospedei-me na casa dela. Lá, me deparei com a *Revista Estudos* (de Uberaba), editada por Eduardo Guimarães e, nela, li artigos de Eduardo, de Eni, de Haquira entre outros. Foram estes meus primeiros contatos com a AD. A reflexão teórica em torno do discurso era um universo novo que estava se descortinando para mim, mas de forma bastante fragmentada e não organizada. Também li a tese de Haquira Osakabe - *Argumentação e Discurso Político*. Foi através dessa tese que conheci um pouco de Pêcheux (1969), mais especificamente, a noção de Formações Imaginárias que Haquira mobilizou em seu dispositivo teórico-analítico. Esse foi também meu primeiro contato com o discurso político enquanto objeto de análise. Através dessas primeiras leituras, passei a construir uma certa “percepção” do que seria *discurso*, enquanto noção teórica e, ao mesmo tempo, entendi que é possível analisar uma grande extensão de textos dispersos. Também nessa época li o primeiro livro de Eni Orlandi - *A linguagem e seu funcionamento*. Essas leituras foram decisivas para compreender que poderia ultrapassar não só a fronteira formal da língua sistêmica, mas também os limites endóginos que os estudos da

Linguística Textual impõem. Não se tratava mais de excluir a exterioridade. Ao contrário. Finalmente havia encontrado o campo de conhecimento para prosseguir meus estudos e realizar meu doutorado. Definir o objeto de análise foi muito claro para mim. Fiz a seleção para o doutorado no IEL, em 1984. Iniciei meus estudos no ano seguinte. E já sabia que iria analisar o discurso da ditadura militar, sob a orientação de Eni Orlandi.

**B.M.; S.D.S.:** Sua tese de doutorado, defendida em 1992, posteriormente publicada em livro com o título *A fala dos quartéis e as outras vozes* (Editora da Unicamp, 1997), tem como objeto o discurso político. Você poderia caracterizar o funcionamento do discurso político, em geral, e o dos presidentes militares, de forma específica? Em que medida são funcionamentos parecidos ou bem diferenciados?

**F.I.:** Entendo o *discurso político* como um conjunto bastante heterogêneo, complexo e desigual de práticas discursivas dispersas e em circulação, as quais estão ancoradas em diferentes Formações Discursivas (FD) e identificadas com diferentes posições-sujeito existentes no âmbito de uma formação social determinada. Ou seja, o discurso político se constitui a partir dessas diferentes práticas discursivas em tensão, indicativas de um jogo de forças desiguais em luta pelo poder. É, pois, amplo demais para ser analisado. Para trabalhar com o discurso político é necessário delimitar um espaço discursivo, como, por exemplo, o discurso da ditadura militar. Assim, pelo viés de um recorte no interior do discurso político, é possível analisar o funcionamento de um discurso político específico. Com isto, não estou afirmando que o discurso dos presidentes militares seja homogêneo. Bem ao contrário. Em *A fala dos quartéis e as outras vozes* foi possível constatar a heterogeneidade daquele discurso produzido por 5 generais que presidiram o Brasil por 21 anos. Foi necessário entender que as condições de produção não permaneceram as mesmas ao longo do período ditatorial, nem o modo de posicionar-se frente a determinados acontecimentos permaneceu idêntico a ele mesmo. As análises sinalizaram que o discurso político da ditadura continuou inscrito na mesma FD. Não houve ruptura. Não

ocorreu nenhuma desidentificação, nas palavras de Pêcheux<sup>2</sup>. Mas, ao mesmo tempo, apresentou-se heterogêneo, pois diferentes posições-sujeito foram identificadas no interior desse discurso, indicando que a forma-sujeito que organiza a FD em que se inscreve esse discurso fragmentou-se bastante. Essa fragmentação trouxe diferenças marcantes para esse processo discursivo, as quais introduziram a contradição em seu interior. Como aponta Pêcheux<sup>3</sup>, os objetos ideológicos têm “a propriedade de serem ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos”. Diria que a análise desse funcionamento discursivo expôs a heterogeneidade desse discurso que trabalha na tensão com o posicionamento do outro, interno, e com o discurso do outro, externo, que nele, quando comparecia, era de forma indeterminada. Essa tessitura discursiva consiste em um funcionamento específico do discurso autoritário da ditadura militar e não se aplica a todo e qualquer discurso político. Ou seja, as noções de funcionamento discursivo e de condições de produção mostram-se essenciais para examinar um discurso político determinado e observar o jogo de forças travado com o outro, interna e/ou externamente. Isso não implica, tampouco, que determinadas noções formuladas a partir desse funcionamento discursivo específico sejam restritas a esse discurso, mas, provavelmente, ao serem mobilizadas em um discurso não autoritário, vão revelar funcionamentos discursivos diversos.

**B.M.; S.D.S.:** No posfácio à segunda edição de seu livro *A fala dos quartéis e as outras vozes* (Editora da Unicamp, 2013), você discute a respeito do acontecimento histórico e discursivo que foi a instalação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. A CNV como um gesto, da parte do Estado, para não deixar esquecer, para lutar contra uma certa gestão da memória. Você poderia falar mais sobre o que você chama de *políticas do esquecimento*?

---

<sup>2</sup> PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*, Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *Metáfora e interdiscurso*. In: ORLANDI, E.P. (Org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, ([1984] 2011, p.157).

**F.I.:** Quando preparava a segunda edição desse livro, a Comissão Nacional da Verdade estava instalada e tive acesso, através da mídia, a vários depoimentos e declarações de alguns militares que foram chamados a depor, bem como das declarações de alguns deles que se negaram a comparecer. Essas questões me instigaram a entender o que sustentava essas tomadas de posição, e foi esse questionamento que me levou à Lei de Anistia. Em primeiro lugar, esse Projeto de Lei de Anistia foi formulado e encaminhado pelo General Figueiredo e sancionado pelo Congresso, sem levar em consideração o que as vozes do corpo social clamavam. A Lei de Anistia (1979) - essa *senhora* completou 40 anos, em agosto de 2019!!! - é um texto Jurídico fortemente alicerçado em uma política de Estado, como é possível observar em seu *artigo 1º* bem como nos §1 e §2 desse primeiro artigo. Neles está explicitado quem pode ser beneficiado pela anistia e quem dela foi alijado, ou seja, a formulação está determinada linguisticamente. Por outro lado, passa praticamente despercebido que torturadores e seus mandantes foram igualmente anistiados. Isso ocorre por que eles encontram-se discursivamente indeterminados na formulação do texto legal, como é possível observar, a seguir: “[A lei de Anistia] é concedida a todos quantos cometeram crimes políticos ou conexos com estes”. Através dessa formulação, o sujeito-legislador introduziu um verdadeiro “cavalo de Tróia” no texto legal, pois, juntamente com a anistia àqueles que haviam combatido a ditadura, entrou subrepticamente, pelo viés de “[crimes] *conexos aos crimes políticos*”, a anistia aos torturadores e a seus mandantes. Esse “cavalo de Tróia” projetou um *efeito de vaguidade* sobre esse segundo grupo de anistiados, ocultos na *dobradura semântica* produzida pela *indeterminação discursiva*. Tais decisões inscrevem-se em uma *política estatal* destinada a proteger os militares de serem julgados após a ditadura, pois, como adverte Pêcheux<sup>4</sup>, “a ideologia sempre se orienta em função dos interesses da classe a que serve”. Nos anos que se seguiram ao término da ditadura, várias foram as tentativas de rever e/ou revogar esse instrumento legal, mas sem sucesso, pois o Supremo indeferiu-as todas, reafirmando tratar-

<sup>4</sup> PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. in: ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

se de uma Lei destinada a promover um *perdão geral*. Em função disso, nunca foi possível levar os torturadores aos tribunais e suas vítimas e/ou seus familiares, por sua vez, ficaram sem o amparo legal para reivindicar justiça. Vale dizer: essa lei é sustentada *institucionalmente* pela associação jurídico-político entre o AIE Jurídico e o Aparelho Estatal e é isso que a configura como *uma política estatal de esquecimento*, produzindo sequelas que ultrapassam a dimensão do perdão concedido aos torturadores. Destaco, a seguir, algumas delas: (1) essa *política estatal* destina-se a lançar um *manto de esquecimento* sobre as atrocidades ocorridas nos porões da ditadura, visando ao apagamento dessa terrível memória junto ao corpo social, controlando, desse modo, os sentidos que nela circulam; (2) essa *política estatal do esquecimento* visa igualmente controlar os saberes que irão se inscrever na memória discursiva e na *memória histórica*; (3) essa *política estatal do esquecimento* cumpriu seu papel de modo exemplar, a julgar pelo saudosismo da ditadura e dos militares que, desde 2013, se faz fortemente presente em manifestações populares; (4) essa *política estatal de esquecimento*, ao gerar a impunidade, produziu outro tipo de impunidade que lhe é correlata, pois inexistia uma lei que coíba e criminalize elogios à tortura e homenagem a torturadores, como vimos na seção do Congresso que autorizou a instauração do processo de impeachment contra Dilma Rousseff<sup>5</sup>; (5) por fim, essa *política estatal do esquecimento* está produzindo mais um desdobramento - o *negacionismo*<sup>6</sup> - que se constitui em um *processo de denegação* das práticas de tortura, morte e ocultação de corpos ocorridas durante a ditadura militar. Há dois processos de negacionismo em curso, atualmente: 1. o negacionismo de ter havido uma ditadura no Brasil, renomeando-a como um “movimento militar” (Ministro Toffoli e Jair Bolsonaro); 2. em decorrência do primeiro, circula o

---

<sup>5</sup> INDURSKY, F. Que sujeito é esse? In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.S.; e SILVA SOBRINHO, H. (Orgs). *Silêncio, memória, resistência: a política e político no discurso*. Campinas: Pontes. (No prelo).

<sup>6</sup> Trago a noção de negacionismo dos historiadores do Holocausto. Eles forjaram essa noção para referirem os historiadores que após o término da Segunda Guerra passaram a negar o Holocausto e todas as evidências de extermínio em massa praticado nos campos de concentração nazistas.

negacionismo dos crimes da ditadura, pois, se não houve ditadura, não houve tortura nem extermínio. E, em decorrência, após a eleição de Bolsonaro, tem sido aventada a intenção de reescrever as páginas da História do Brasil referentes ao período ditatorial, com o intuito de “*restabelecer a verdade sobre o regime militar*”, como afirmou mais de uma vez o General Heleno. Como podemos perceber, todas essas questões são constitutivas do regime de discursividades contemporâneas do discurso político brasileiro, as quais sinalizam que a *política estatal do esquecimento* segue seu curso. Essa *política estatal de esquecimento* ainda não conseguiu produzir um *efeito de desmemória*<sup>7</sup> desse nosso passado recente, mas suas práticas discursivas revisionistas já produziram fortes lacunas na memória social.

**B.M.; S.D.S.:** Em seu percurso de pesquisas, em vários momentos, você coloca em discussão um funcionamento político da mídia, sobretudo em relação a discursos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Retomando a leitura desses artigos, como trabalhar o ideológico no discurso jornalístico político?

**F.I.:** Partindo da premissa pecheuxtiana de que somos desde sempre já interpelados em sujeito, não há como escapar dessa questão no que se refere ao jornalismo de modo geral e ao discurso jornalístico político, de modo específico. O discurso jornalístico político é construído por tramas narrativas que relatam acontecimentos políticos feitas por jornalistas que são sempre já-sujeitos, por um lado e, por outro, as mídias que fazem circular essas narrativas têm uma linha editorial, o que implica dizer que tanto o jornal quanto o sujeito-jornalista são incontornavelmente afetados pela ideologia e suas práticas ocorrem no interior do Aparelho Ideológico da Informação. Ou seja, suas práticas são produzidas a partir de seu lugar discursivo que determina o que suas narrativas podem ou não dizer. Orlandi<sup>8</sup>, em *Terra à Vista*, fez um deslocamento fundamental no que se refere à

---

<sup>7</sup> INDURSKY, F. Políticas do esquecimento X gestos de resgate da memória. in: FLORES, G.B.; NÉCKEL, N.R.M; GALLO, S. M. L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: discurso, cultura e mídia*. V.1. Campinas: Pontes, 2015.

<sup>8</sup> ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. Cortez, SP; Ed. da Unicamp: Campinas, 1990.



noção de ideologia e do modo como ela funciona na AD: “a ideologia pode ser compreendida como direção nos processos de significação”. Essa formulação de Orlandi é essencial para refletir sobre o trabalho com o ideológico nas práticas discursivas, entre as quais encontram-se as narrativas do discurso jornalístico político. Observemos isso um pouco mais de perto. Há jornais que permitem uma “certa liberdade” a seus jornalistas, como, por exemplo, a Folha de São Paulo. Mas isto não significa que tudo nela pode ser dito e sobretudo *como e onde* pode ser dito. No que diz respeito ao MST, certos jogos narrativos que entendo como *torções discursivas*<sup>9</sup> entre *ocupação e invasão* dão a direção dos sentidos ao discurso jornalístico da Folha. Nesse veículo, as narrativas oscilam entre essas duas designações, como se fosse uma relação sinonímica, já que referem uma das *práticas políticas* do MST em sua luta pela terra. Entretanto, cada uma dessas designações significa diferentemente tal prática, imprimindo diferentes direções de sentido, indicativas de posicionamentos ideológicos diversos. Assim procedendo, o sujeito-jornalista, em sua enunciação do político, ao lançar mão dessas *torções discursivas*, opacifica as posições ideológicas que elas mobilizam e, desse modo, não desafia nem seu posicionamento, nem a linha editorial da Folha. Por outro lado, algumas narrativas lançam mão de uma outra forma de *torção discursiva* que chamo de *tradução discursivo-ideológica*. Em suas práticas discursivas, “traduzem” *ocupação*, designação mobilizada por lideranças do Movimento, para *invasão*, designação dos proprietários rurais em sua enunciação do discurso *sobre o MST*. Essa “tradução” funciona como uma pista da tomada de posição da Folha e do enunciador da narrativa. Assim procedendo, esse jornal projeta uma *formação imaginária* sobre si mesmo, da qual decorre a ilusão de ele ser um jornal plural, aberto a diferentes posições ideológicas. Desse modo, as práticas discursivas da Folha são atravessadas por saberes de uma FD conservadora, mas também pelos de uma FD mais progressista ao enunciar sobre o MST. Essas *torções discursivas* produzem um entrelaçamento entre o *discurso do* e o *discurso sobre*, resultando daí um *discurso mesclado* e heterogêneo produzido por um

---

<sup>9</sup> INDURSKY, F. *O discurso do/sobre o MST: movimento social, sujeito, mídia*. Campinas: Pontes, 2019.

sujeito dividido. Esse imbricamento produz o *discurso do/sobre* o MST. Não é nem *discurso do*, nem *discurso sobre*, mas *discurso do/sobre*, pois um está entrelaçado no outro, em decorrência das torções discursivas que sua enunciação produziu. Discurso este que marca o caráter contraditório desse jornal. Esses funcionamentos servem como pistas para o analista de discurso trabalhar o ideológico no discurso político jornalístico praticado pela Folha. Mas não nos enganemos. Esse “espaço de liberdade” é circunscrito a certas seções desse jornal, mas em editoriais, manchetes e chamadas, quando a pauta é o MST, há espaço apenas para o *discurso sobre* que vai imprimir direção aos sentidos, apontando para o posicionamento ideológico desse jornal. Nesses espaços, a posição ideológica da Folha é reafirmada e sua função de AIE da Informação se realiza, apesar da contradição que o funcionamento discursivo presente nas narrativas acarreta. Por outro lado, é preciso salientar que a Folha é uma exceção no universo da grande mídia tradicional brasileira. Basta examinar as narrativas produzidas pelo Estadão e pela Veja, por exemplo, para perceber que nesses veículos há espaço apenas para o alinhamento com a linha editorial dessas mídias. Nessas mídias conservadoras, posicionadas à direita do espectro ideológico, apenas o *discurso sobre* o MST está presente. Quando narram as práticas políticas do MST, o fazem para desqualificar e criminalizar tais práticas, inscrevendo-se em práticas de *violência simbólica* que sinalizam sua identificação ideológica. Vale dizer: assumem claramente seu papel de AIE, posicionando-se nessa luta de classes junto àqueles que detêm o *direito de propriedade*. Desse modo, o trabalho com o ideológico permite perceber que algumas mídias dão *visibilidade* às práticas do MST (como, por exemplo, a Folha) enquanto outras, ao deixar de narrar certas demandas dos acampados e conquistas dos assentados do MST, jogam sobre elas um véu de *invisibilidade*. Esses modos de dizer, atravessados pelo jogo ideológico entre *visibilidade/invisibilidade*, sinalizam a direção de sentidos que o discurso jornalístico político toma, evidenciando o que pontuou Pêcheux<sup>10</sup>: “*as ideologias não se compõem de ‘ideias’, mas de práticas*”. Em suma, entendo que é através da análise do funcionamento discursivo das

---

<sup>10</sup> *Idem* nota 6, p.143.

práticas jornalísticas que é possível trabalhar o ideológico no discurso jornalístico político.

**B.M.; S.D.S.:** Com relação ao funcionamento do discurso político em nossos tempos, é bastante frequente encontrarmos estudos, em diversos campos do saber, que tratam da influência da mídia na cena política. Como você compreende essa relação entre mídia e política?

**F.I.:** De certa forma, comecei a responder essa pergunta na resposta anterior. Atualmente, voltei a observar o funcionamento da mídia brasileira, mas, dessa feita, o que me interessa é o funcionamento discursivo em suas práticas narrativas face a acontecimentos políticos da atualidade brasileira. E isto me leva de volta a Althusser<sup>11</sup> e a seus Aparelhos. A ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante, se realiza nos AIE. E o *AIE da informação* é o que se relaciona diretamente com o poder, sobretudo quando se trata de refletir sobre o jornalismo político. Neste sentido, examinei o discurso jornalístico político da grande mídia impressa, em particular a Folha de São Paulo e o discurso jornalístico político na TV, especificamente o telejornalismo da Rede Globo, o de maior penetração nacional. A partir das análises realizadas, entendo que a grande mídia brasileira funciona como uma caixa de ressonância dos interesses da classe dominante, que é a classe que detém os meios de produção e seu interesse é o lucro, é a mais valia. Ou seja: a grande mídia brasileira faz parte da classe dominante brasileira e está a serviço dos interesses do grande capital nacional e estrangeiro, sem esquecer dos interesses específicos que movem os grupos a que pertencem tais mídias. Ou seja: o funcionamento da mídia brasileira possibilita a observação de formas neoliberais de assujeitamento. O que implica dizer: se o ocupante do poder fizer parte da classe dominante e defender os interesses neoliberais de empresários, industriais, banqueiros, investidores, as práticas jornalísticas ratificarão as decisões governamentais, fazendo-as repercutir positivamente pelo *regime*

---

<sup>11</sup> ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos de Estado. in: ŽIŽEK, S (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

*de repetibilidade*<sup>12</sup> que suas narrativas produzirão. Tomemos, como exemplo, o apoio que a grande imprensa brasileira deu à Reforma Trabalhista, repetindo à exaustão o quanto aquela reforma era importante para *os trabalhadores*, pois iria gerar muitas oportunidades no mercado de trabalho... Um tal posicionamento é indicativo de uma identificação com a formação discursiva neoliberal. Já se o ocupante do poder não fizer parte da classe dominante (Lula e Dilma, por exemplo), a mídia também terá um papel a cumprir, porém antagônico ao anterior. Pelo *regime de repetibilidade*, fará soar e ressoar, em suas narrativas, as críticas ao governo, aos seus projetos e às suas decisões. Ou seja, o *regime de repetibilidade sempre* vai favorecer os interesses das classes dominantes, estejam elas no poder ou não. Foi assim que o AIE da informação colaborou com as classes dominantes ao longo dos acontecimentos ocorridos nestes últimos anos: espetacularizou o julgamento do mensalão, apoiou o golpe contra Dilma Rousseff, ajudou a blindar Temer e auxiliou fortemente a não eleger Haddad, abrindo, como consequência, espaço para a eleição de Bolsonaro. Observando o modo de atuação da grande mídia brasileira, poderíamos dizer que ela funciona como um partido político, sem acento nem voto, mas, mesmo assim, como um partido político que apoia políticas favoráveis às classes dominantes ou como um partido de oposição, que coloca toda sua prática discursiva para desconstruir o que o governo propõe e realiza. Por conseguinte, o AIE da informação está atravessado por muitas contradições que apontam, em última análise, para as contradições vigentes na formação social brasileira. Por outro lado, é preciso considerar uma outra questão: quem de fato lê a grande mídia? Certamente é uma pequena parcela dos brasileiros. Em contrapartida, creio que a forma midiática que afeta a maior parte da população é a mídia televisiva e, entre elas, o telejornalismo da Rede Globo. Uma ressalva se faz necessária: foi assim que a mídia tradicional brasileira funcionou até dezembro de 2018. A partir de 2019, deu-se uma inflexão no modo como a grande mídia passou a se relacionar com o poder.

---

<sup>12</sup> INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.). *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

**B.M.; S.D.S.:** Em artigo publicado na coletânea *A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas* (Pontes Editores, 2016), você discorre acerca do que denomina “Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade”, traçando um percurso discursivo no qual coloca em relação as manifestações de 2013 e a culminância do golpe de 2016. Considerando os desdobramentos da cena política brasileira, pós 2016, como você compreende essa relação entre manifestações populares e poder político no Brasil?

**F.I.:** No passado, os candidatos subiam aos palanques para proferir seus discursos e a população acorria para ouvi-los. Com a ditadura militar, a prática dos comícios foi descontinuada e, em seu lugar, entraram os pronunciamentos televisivos dos generais-ditadores. Quase ao final da ditadura, as manifestações se fizeram presentes com enorme protagonismo do povo. Elas reuniram multidões nas grandes cidades brasileiras, pedindo *Diretas Já!*<sup>13</sup> E grandes comícios foram organizados, nos quais muitas e diferentes posições-sujeito se reuniram em torno dessa bandeira comum: líderes políticos, sindicalistas, religiosos, associações de classe (OAB, ABI, CUT, CGT), todos gritando pelo fim da ditadura. As *Diretas já!* marcaram a volta das massas populares às ruas. Após a ditadura, a primeira grande manifestação foi a dos *Caras Pintadas*, que representou enorme revés político para Collor que a convocou, pedindo que o povo saísse às ruas vestindo verde e amarelo como forma de apoio. E o povo, de fato, compareceu, mas vestido de preto, como forma de protesto. No artigo citado na pergunta, analisei as jornadas de 2013 e as comparei com as manifestações de 2015. E fiz isto porque julgo que as jornadas de 2013 podem ser tomadas como um marco político divisor. Nelas, fizeram-se presentes muitas posições-sujeito extremamente diferentes entre si, numa espécie de “festa do discurso”. Faço aqui uma breve comparação entre as *Diretas já!*, as jornadas de 2013 e as manifestações de 2015. As *Diretas já!*

---

<sup>13</sup> Houve também muitas manifestações Brasil a fora, pedindo a Anistia para os exilados e presos políticos, mas não conseguiram reunir massas idênticas a das manifestações pelas *Diretas Já*.

foram convocadas por lideranças políticas e tinham uma pauta única: a volta das eleições diretas, sinalizando o desejo de por fim à ditadura. Já as Jornadas de 2013, realizadas em tempos de democracia e de internet, não foram convocadas por lideranças, por um lado, e, por outro, apresentaram um amplo arco ideológico, indo desde posições-sujeito alinhadas à esquerda, até posições-sujeito de extrema-direita. As demandas que fizeram apresentaram discursos em tensão e, por serem tão numerosas e diversificadas, constituíram um conjunto cacofônico que soou para o poder político como ruído. A falta de entendimento por parte do Governo e, por conseguinte, a falta de uma *resposta política* àquelas demandas foi fatal e as consequências se fizeram sentir durante a campanha para a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, e nas manifestações de 2015, bem como nos acontecimentos que se lhe seguiram. Já as manifestações de 2015 foram convocadas por lideranças, estavam claramente alinhadas ideologicamente: eram manifestações de apoio ao PT e à Dilma, por um lado, e manifestações contra o PT, Dilma e Lula, por outro lado. Nelas não havia espaço para a diversidade de posicionamentos. E mais: nelas foram explicitadas discursividades inscritas em uma posição-sujeito fascista que, em 2013, estavam implícitas: “*Dilma, pena que não te mataram no Doi-Codi*” e “*Por que não mataram todos em 1964?*”, num claro retorno ao discurso do período ditatorial. Tais questões repercutiram e tiveram desdobramentos na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff e no modo como a mídia e a opinião pública se posicionaram frente à acusação e ao julgamento de Lula. Entendo, então, que manifestações são uma forma de se relacionar e de estabelecer interlocução com o poder. Nem sempre são bem sucedidas ou compreendidas, mas possíveis, dentro de determinadas condições de produção. Vejamos uma última comparação. Para tanto, tomo como objeto de comparação as *Diretas já* e as manifestações de 2015. Enquanto as *Diretas Já* conduziram o Brasil rumo à redemocratização, as manifestações de 2015 impulsionaram o país a uma *deriva política* que fragilizou perigosamente a democracia brasileira e abriu espaço para a consolidação da extrema direita fascista que elegeu Bolsonaro e sua bancada, em 2018. E julgo que as manifestações realizadas durante a campanha para as eleições presidenciais, em 2018, que

levaram multidões às ruas, não foram decisivas porque essa batalha eleitoral travou-se nas redes sociais da internet. Em 2018, algumas das formas até então consolidadas em campanhas anteriores foram postas de lado. Assim como a ditadura descontinuou a prática dos comícios e introduziu os pronunciamentos televisivos, com o término da ditadura e a volta das eleições, a televisão ocupou o espaço dos comícios. Um novo formato se configurou: surgiram os debates entre candidatos, formatados e mediados sobretudo pela Rede Globo. Debates que, em que pese as críticas de que eram alvo, se consolidaram por apresentar todos os candidatos e em transmissão nacional. Nas eleições de 2018, esse formato foi literalmente esvaziado pelo candidato que viria a ser eleito, pois ele recusou-se a deles participar, não quis confrontar-se com outros posicionamentos e outros projetos políticos diversos dos seus. Preferiu fazer sua “campanha” individualmente, via twitter. Essa foi uma grande transformação nos modos de fazer campanha política. E, no meu entendimento, essa transformação é indicativa da forte transformação da conjuntura ideológica pela qual passamos e que consiste em uma inflexão à extrema direita, de caráter fascista. É o candidato que se elegeu representa essa extrema direita fascista que não dialoga, não debate, nem escuta por um lado, e que atualiza, a cada momento, a memória da ditadura, praticando claramente a censura, desqualificando os representantes da esquerda e seus saberes, desmontando todas as políticas sociais, seja ainda acabando com a educação, a pesquisa e a saúde. O poder, hoje, não está interessado em ouvir as demandas populares, nem a opinião das diferentes classes sociais. Bem ao contrário. Manifestações são realizadas nas grandes cidades, mobilizando um número muito forte de manifestantes, porém elas não repercutem junto ao poder. Para o governo ora instituído, as atuais manifestações apenas produzem ruído e, por conseguinte, não são levadas em consideração.

**B.M.; S.D.S.:** O tema desta edição do Caderno de Letras da UFF é “Discurso político: processos de significação em tempos de *fakenews*”. Como você compreende a escalada de *fakenews* na atualidade e as suas consequências para o discurso político?

**F.I.:** A designação fakenews é recente, mas a prática é antiga. Courtine<sup>14</sup> salienta que Platão em *A República* já se referia à arte de ocultar a verdade ao povo. Também Maquiavel refletiu sobre “a arte de fazer o povo acreditar em falsidades salutares”. O que mudou, em nossos dias, tempos de internet, foi a designação: a mentira foi renomeada e passou a ser referida como *fausses nouvelles*, notícias falsas ou simplesmente fakenews, a designação que tornou-se corrente entre nós. Entretanto, para não recuar a tempos tão distantes, vou me restringir a apenas um exemplo ocorrido no Brasil, durante a campanha das eleições presidenciais, em 2010. José Serra disputava o segundo turno com Dilma Rousseff e as sondagens de intenção de voto indicavam a vantagem de Dilma. Serra participava de uma caminhada, no Rio de Janeiro, quando foi atingido na cabeça por um “objeto”. Levou a mão à cabeça e retirou-se. Pouco depois, circulou a notícia de que o candidato havia sido atingido por uma pedra jogada por um manifestante petista. Ele tinha sido levado a um hospital onde foi feita uma tomografia e onde o aconselharam a fazer repouso. Mais tarde, em um telejornal noturno, uma reportagem mostrou, através de um vídeo projetado quadro a quadro, que se tratava, não de uma pedra, como havia sido noticiado anteriormente, mas de uma bolinha de papel. Tivesse ocorrido em nossos dias, esta seria uma “legítima” fakenews. Ou seja, a mobilização de notícias falsas não é novidade no campo da política, como esclarecem Platão, Maquiavel e Swift, mas essa prática discursiva passou a ter um peso muito grande no discurso político e no fazer político em nossos dias, em função das novas tecnologias de informação. As atuais condições de produção e multiplicação da informação se revestem de enorme velocidade e contam, ainda, com as redes sociais que multiplicam, por sua vez, velozmente a circulação das fakenews. Os sujeitos, por sua vez, ao colocá-las em circulação, identificam-se com essas falsas notícias, aportando-lhes credibilidade e, por conseguinte, reforçam seu *efeito de verdade*<sup>15</sup> que advém de seu *regime de repetibilidade* decorrente da circulação

---

<sup>14</sup> COURTINE, J.-J. O Mentir verdadeiro. Prefácio à *A arte da mentira política*. Texto atribuído a Jonathan Swift. Campinas: Pontes, 2006.

<sup>15</sup> *Idem*, nota 6.



vertiginosa nas diferentes redes sociais. Mas o que são as Fake news, afinal? À luz da Análise do Discurso, entendo fakenews como um *processo de torção discursiva* realizado sob o efeito de uma identificação ideológica. A torção se dá no momento em que determinado acontecimento é narrado pela mídia de modo a projetar um *efeito de verdade* ao que, de fato, é uma *falsificação do ocorrido*. Esse jogo pode ser interpretado como o direito e o avesso da tessitura discursiva da fakenews, sendo, pois, possível passar de um lado para o outro desse processo pelo viés de uma torção discursiva. Esse gesto de torção está na base da falsificação de notícias, tal como ocorreu no caso da bolinha de papel, por exemplo. Foi uma torção discursiva que possibilitou que a bolinha de papel se transformasse em uma pedra, ou seja, em uma mentira política, numa fakenews, da mesma forma que foi outra torção discursiva, à luz de outra identificação ideológica, que desconstruiu aquela falsificação, mostrando tratar-se de uma simples bolinha de papel. Se a referida torção discursiva for aceita, ela passa a produzir o desejado *efeito de verdade*. A prática discursiva da *falsificação da notícia* adquiriu, no fazer político de nossos dias, uma força muito grande, sinalizando que a versão tem muito mais adesão do que o acontecido. Vejamos algumas torções discursivas que temos presenciado nas atuais práticas políticas: 1. afirmar estar combatendo a ideologia ao levantar a bandeira da Escola sem Partido, no momento mesmo em que assume uma posição ideológica; 2. declarar-se apartidário, mas apoiar partidos ou candidatos de direita; 3. agir politicamente, afirmando-se apolítico. Vale dizer que um candidato pode eleger-se hoje fabricando *projeções imaginárias* sobre si e sobre seu eleitor, *antecipando* o que eles desejam ouvir. Há também uma outra característica em jogo, hoje. Trata-se da “vertigem” de poder tudo dizer na internet, pois o que ali circula é da ordem do anonimato, sem um autor que assuma a responsabilidade pelo dito.. Mas não apenas isto. O *como dizer o que diz* também é sintomático de um sujeito tomado nessa vertigem de liberdade do dizer sem limites. É, ao que tudo indica, foi o que ocorreu nas últimas eleições presidenciais: um candidato que não compareceu aos debates, não divulgou nem debateu seu programa de governo, que apenas produziu pequenas frases de efeito que circularam a partir de seu twitter, atacando tudo e todos que não se alinhavam com

sua ideologia de extrema direita fascista. E essa prática política substituiu uma outra: os políticos costumavam fazer promessas políticas que, na maior parte das vezes, não cumpriam. Eram as falsas promessas políticas. Candidatos, hoje, frequentemente limitam-se a distribuir fakenews através de suas redes sociais que vão se multiplicar velozmente, pelo *regime de repetibilidade vertiginosa* que caracteriza as redes sociais na internet, por um lado, e, por outro, nesses tempos onde o fake predomina, surgiram perfis falsos, destinados a serem alimentados por robôs programados para produzir fakenews. Por conseguinte, a grande questão que se coloca, hoje, em relação às práticas políticas, é de saber identificar o que é falso. E aqui, novos desafios se colocam aos analistas de discurso.

**B.M.; S.D.S.:** O amplo alcance das redes sociais em nossos dias, que tem resultado em uma escalada de *fakenews* com consequências para o discurso político em seu funcionamento, também tem propiciado espaços a mídias alternativas e movimento sociais, que passaram a se valer dessas formas menos tradicionais para a circulação de seus dizeres. Como você avalia os gestos de resistência que ganham lugar nas redes sociais, na atualidade?

**F.I.:** De fato, com a internet, surgiu um espaço importantíssimo para o surgimento de mídias alternativas publicarem o que é da ordem do impossível nas mídias corporativas. Em trabalho anterior<sup>16</sup>, analisei como as mídias tradicionais funcionam, filtrando o que nelas pode ser dito e publicado e, sobretudo, o que nelas é da ordem do *interdito* ideológico. Assim procedendo, trabalham de forma seletiva, silenciando outros modos de se relacionar com a ideologia. Já com o advento da internet, surgiram sites, páginas, blogs, vlogs e, mais recentemente, os podcasts, além das redes sociais como facebook e twitter. Esses espaços abrigam tanto as mídias tradicionais e seus modos de narrar os acontecimentos quanto as mídias alternativas. Nesse novo regime de

---

<sup>16</sup> *Idem*, nota 4.

discursividades contemporâneas<sup>17</sup>, a mídia alternativa encontrou espaço para fazer circular diferentes modos de se relacionar com a ideologia, os quais determinam diferentes formas de dizer e interpretar os acontecimentos políticos. Se as mídias tradicionais se configuram como um espaço hegemônico do qual decorre um “efeito de consenso”, o jornalismo político alternativo se mostra bastante heterogêneo e, em função disso, desequilibra o efeito de homogeneidade da grande mídia, deixando vir à tona a contradição e o dissenso. Em função disso, as mídias alternativas ajudam a abalar o *efeito de verdade* produzido pela mídia tradicional. E, juntamente com o jornalismo eletrônico, atuam as redes sociais, potencializando ainda mais a capacidade de circulação dessas tomadas de posição e de interpretação diversas. Acredito que, nessas diferentes formas de materialização de discursividades, abre-se espaço para a resistência. Ou seja: se, por um lado, a internet e suas redes sociais abrem espaço para a circulação de fakenews, por outro, a internet abriu espaço para sentidos não autorizados na mídia corporativa. Penso que nesses novos domínios de leituras do político, o sujeito pode resistir a determinadas formas de interpretação do político apresentadas pela mídia tradicional. A mídia alternativa possibilita desmistificar o efeito de verdade fabricado pela grande mídia. Desse modo, dá-se um desencontro entre interpretações, dissolve-se, pelo menos em parte, o efeito de consenso, deixando à mostra diferentes “gestos de leitura” decorrentes de diversas formas de relacionamento com a ideologia. Esse embate se dá em “espaços polêmicos de maneira de ler”<sup>18</sup> o político que a internet propicia. A resistência que a mídia alternativa possibilita surge como um ato político de resistência, nasce dessa divisão entre espaços midiáticos de interpretação. Vale dizer: gestos de leitura em espaços polêmicos são, hoje, da ordem do político, da ordem da resistência.

---

<sup>17</sup> INDURSKY, F. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. On: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). *Análise de discurso em Rede: cultura e mídia*. V.4. Pontes (No prelo).

<sup>18</sup> PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

